

HISTORIOGRAFIA

UMA HISTÓRIA ENTRE DUAS ERUDIÇÕES (*)

(Notas sobre algumas práticas e alguns dogmas da atual historiografia francesa) (**).

JEAN GLÉNISSON

do Institut de Recherche et d'Histoire des Textes
(Paris).

De Lourenço Valla, do humanismo italiano do século XV aos beneditinos de São Mauro, no horizonte da crise da consciência européia no umbel das luzes, até à hermenêutica bíblica historicista das Universidades alemãs do século XIX, as técnicas da crítica do texto e do estabelecimento do fato, tiveram todo tempo de alcançar um ponto de perfeição formal que não será jamais ultrapassado.

Pierre Chaunu

O historiador de amanhã será programador, ou não será historiador.

Emmanuel Le Roy Ladurie.

(*) — Tradução da Professora Cecília Maria Westphalen da Universidade Federal do Paraná (*Nota da Redação*).

(**) — A questão principal é a de saber se existe uma historiografia especificamente francesa. Eu não escondo que a maioria das observações que constituem este artigo, podem aplicar-se muito bem à historiografia ocidental, ou mesmo à historiografia contemporânea no seu conjunto. Eu me esforcei, no entanto, para restituir a *tonalidade* própria à prática dos historiadores franceses de hoje. É por isto que apelo, salvo raras exceções, somente para bibliografia francesa mais recente. Remeto, de maneira mais geral, à bibliografia muito completa que figura no último livro surgido que interessa ao nosso propósito, aquele de Pierre CHAUNU: *Histoire, science sociale; la durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne*. Paris, SEDES, 1974. 437 p.

Devo agradecer a Jean Schneider haver permitido utilizar, antes da sua publicação, o livro *Les méthodes de la recherche historique* que ele deve publicar na coleção "Que sais-je?", bem como a Lucie Fossier, Christine Pélistrandri e Hélène Toubert que me deram ajuda preciosa. Emmanuel Le Roy Ladurie permitiu-me que dele emprestasse, para coloca-la em *exergue* uma frase que é preciso saborear *cum grano salis*.

Chamado, em 1965, a traçar um esboço da historiografia francesa, eu dei a primeira palavra a H. I. Marrou:

“Os historiadores de ofício (dizia ele), permanecem extremamente desconfiados em relação à toda Filosofia da História”.

Dez anos depois, convidado por Jacques Le Goff e Marc Ferro, a meditar sobre a marcha das “Ciências históricas” (1), na França, no momento presente, reencontro Marrou. Nada mudou no curso de um decênio:

“Os historiadores, estes praticantes, são pouco levados, na França sobretudo, a se distrair do seu trabalho absorvente, para refletir sobre os problemas propriamente filosóficos que o exercício deste trabalho implica” (2).

Sobre os problemas filosóficos sem dúvida isto é certo ainda que em toda parte se fale de epistemologia — mas sobre as questões de método? Nunca houve tantos congressos, colóquios, conferências, jornadas, publicações consagradas à metodologia de uma disciplina que assegura ela própria que não excita mais nenhum interesse? (3) Poder-se-ia acreditar estar de volta aos melhores tempos da história “positivista” (somente três quartos de séculos nos separam), quando surgiram, de um e de outro lado do Reno, os *Handbücher*, *Lehrbü-*

(1). — GLÉNISSON (Jean), *L'historiographie française contemporaine, tendances et réalisations*. In: COMITÉ FRANÇAIS DES SCIENCES HISTORIQUES. *La recherche historique en France de 1940 à 1965*. Paris, s.ed., 1965, p. IX.

(2). — MARROU (Henri-Irénée), *L'épistémologie de l'histoire en France aujourd'hui*. In: ENGEL-JANOSI, F.; KLINGENCTEIN.; LUTZ, H. *Denken über Geschichte*. Viena, s.d., 1974. p. 97.

(3). — “Em dezembro de 1969, no seu relatório à assembléia anual da *American Historical Association*, C. Van Woodward advertia a seus colegas que o *boom* característico dos estudos históricos desde o final da Segunda Mundial parecia haver chegado ao fim. Observando os diversos índices que sugeriam a diminuição do interesse pela história, Woodward chama também a atenção para as muitas evidências de uma posição anti-histórica na cultura contemporânea”. Stephen R. GRAUBARD, *Historical studies today*. *Daedalus*, Cambridge, v. 97, nº 2, winter 1971. Ele acrescenta: “É extraordinário que tal desenvolvimento esteja ocorrendo no momento em que os historiadores profissionais acreditam... que as investigações históricas profissionais estão florescendo, e de modo robusto como não havia sido”. No prefácio das resenhas do Colóquio havido em Veneza, na Fundação Giorgio Cini, em abril de 1971, intituladas *L'historien entre l'ethnologue et le futurologue*, publicado em Paris, por Mouton, em 1972, p. 6, Alan Bullock assinala “uma atitude muito difundida entre as atuais gerações de estudantes: Sua indiferença e mesmo muito freqüentemente sua hostilidade em relação à história, que eles acusam de não ajudá-los em nada para compreender a situação na qual se encontram”. As ameaças que pesam sobre o próprio ensino da história na França, confirmam estes diagnósticos.

cher, Grundrisse, Introductions e Manuels que descobriram os segredos da fabricação da história triunfante — disciplina mestra de um tempo persuadido de haver descoberto a chave de todas as categorias do conhecimento.

Esta efervescência metodológica deve ser explicada principalmente pela convicção que hoje tem a maioria dos historiadores franceses de que não existe história objetiva nem, como se diz, “inocente”. Se se está presente na história que se escreve, é conveniente, com efeito, explicar-se, por si mesmo para os outros, sobre o que se faz, e sobre a maneira como se faz. Esta confissão tornou-se prática corrente (4). Todavia, a explicação não satisfaz. É preciso a evidência, interrogar-se sobre a situação da história ela mesma. Ela é caracterizada, diz ainda Marrou, observador vigilante, por três traços principais: 1. — O lugar eminente conquistado e ocupado, depois de duas gerações, pelo grupo de historiadores que atualmente se convencionou, quase universalmente, reunir na “Escola dos *Annales*”, inspirada pela personalidade e a obra de L. Febvre, de M. Bloch, e de F. Braudel; 2. — Influência, largamente difundida, de um marxismo que pode ser muito comumente de estrita observância, ou mais freqüente e mais simplesmente vulgarizado e difuso, fornecedor em todo caso de temas de pesquisa e de vocabulário ideológico e técnico; 3. — O recurso crescente aos métodos da informática, quer se veja neste fenômeno, no seu ânimo, ou nas suas convicções, um simples “martelar sobre o computador”, largamente inspirado pela moda, ou um verdadeiro e profundo “triumfo do serial” (5).

(4). — MARROU (Henri-Irénée), *L'épistémologie de l'histoire* p. 104. Escreve: “É digno de nota por exemplo que a melhor ilustração disto que eu propus chamar — em uma referência semi-irônica à Sartre — a “psicanálise existencial”, isto é, o esforço prescrito pela nossa teoria ao historiador para que ele explicita seus postulados metodológicos, tenha sido fornecido por um historiador marxista, P. Vilar, no prefácio de sua grande obra sobre a história econômica e social da Catalunha moderna”. Eu não estou persuadido, no que me concerne, que P. Vilar tenha deferido às proposições de H. I. Marrou, mas o fato é que a atenção que cada historiador traz para descrever suas fontes, em justificar a escolha, em ressaltar a novidade, é significativa de um momento da história caracterizado pela inovação metodológica. Pierre CHAUNU, *Histoire, science sociale...* p. 53, escreve de seu lado: “A grande aquisição da história no curso dos últimos oitenta anos situa-se ao nível de uma escolha cada vez mais consciente”. É preciso sempre lembrar que nas primeiras páginas da obra prima artesanal — a tese de doutorado — convém dar valor à documentação. Agricol Perdiguier, ele também escolheu atentamente a madeira com que edificou a escada miniaturizada que lhe valeu o título de “companheiro” perfeito. Resta o debate sobre a imparcialidade do historiador, sobre a objetividade, que foi durante muito tempo capital, contudo, não excita mais a atenção de ninguém. Também não será questão tratada aqui.

(5). — MARROU (Henri-Irénée), *L'épistémologie de l'histoire...* p. 1974. v. 1, p. 147.

Dos três traços indicados, observa-se que os dois primeiros interessam à própria concepção de história — eu diria de bom grado, com R. Aron e P. Veyne, sua “conceptualização”, — e que o terceiro é uma questão de pura técnica. Esta relação, à primeira vista, surpreendente, estabelecida entre o emprego de um certo número de conceitos e o uso de uma máquina, em uma etapa precisa de evolução da historiografia, poderia bem demonstrar que toda mudança na maneira de compreender a história, e na arte de escrevê-la, deve responder cedo ou tarde a uma adequação no método e nos instrumentos da pesquisa histórica, ou em outras palavras, uma nova erudição. O ofício não muda senão quando muda a ferramenta. Deste ponto de vista, a história da história, desde o fim do século XV, não cessou jamais de ser que um diálogo entre o erudito e o orador.

Discípulo de Arnaldo Momigliano, George Huppert soube mostrar que na França tal diálogo não foi, durante muito tempo, (exceções feitas a breves reencontros apaixonantes) mais um diálogo de surdos (6). Ele encontrava ainda entre os anos de 1815-1830 e 1914, a história tal como ela foi geralmente concebida, não somente entre nós, mas como em todas as grandes Universidades européias, tendo utilizado um instrumento perfeitamente adaptado às suas necessidades: erudição forjada e sustentada pelo método crítico que os antiqüários haviam lentamente elaborado, substituídos, no século XIX, pelos professores de história e de filosofia de Göttingen, de Heidelberg e de Berlim. Isto porque eles estavam munidos desse instrumental metodológico, na época tão perfeitamente adequado às suas exigências conceituais que, os historiadores (tornados, em toda parte, *professionais* regularmente assalariados pelos Estados) puderam explorar os arquivos inesgotáveis colocados efetivamente à sua disposição, em diversas etapas, a partir dos anos de 1830. Foi assim que se guarneceu as prateleiras de nossas bibliotecas com dezenas de milhares de volumes de *fontes*, documentárias ou narrativas, publicados com um luxo inaudito de notas críticas e de esclarecimentos. Foi então que surgiu o tratado de metodologia, exposição coerente de práticas empíricas que tomavam depressa o valor de dogma, pela única razão de que elas eram reunidas em um sistema racional e aceitas por todos, fora de toda “ideologia”. Assim foi, na França, a *Introdução aos Estudos Históricos* que L. Febvre ridicularizava outrora, pelas necessidades de sua campanha contra a história positivista, mas que, hoje, todas as polémicas acalmadas, aparece frequentemente como um documento,

(6). — HUPPERT (George), *L'idée de l'histoire parfaite*. Paris, s.ed., 1973.

“o grande livro de uma historiografia” (7).

E não é por acaso que “le Langlois et Seignobos” foi publicado na charneira dos séculos XIX e XX, no apogeu do “século da história”.

*

1. — *O esfacelamento da metodologia.*

Quem ousaria hoje “refazer” o Langlois e Seignobos? A própria idéia faria sorrir. Primeiro porque não é mais possível, no momento em que os físicos renunciam, promulgar leis infalíveis, ainda que no estrito domínio do método. Por essa razão, igualmente, que se há interesse não mais pelas correntes de pensamento e ideologias, que lhes deram suas colorações gerais, mas, pelos compartimentos temáticos em que os práticos a organizam, a historiografia francesa contemporânea está bem longe de parecer o edifício clássico, construído entre a côrte e o jardim, inteiramente fundada sobre uma única metodologia, segura de si própria, e indiscutida. Ela pareceria antes um rico *caravansérail* de portas escancaradas. A unidade metodológica desapareceu. A proliferação, chocante, de escritos sobre o método não trai mais, como no século passado, a expressão da descoberta acabada que importa comunicar às gerações futuras, mas a reinterrogação repetida, a preocupação de dar lugar às jovens disciplinas diversas, ambiciosas, que partilham o terreno, sem nunca se comunicar perfeitamente entre si. Escutemos G. Duby falar da história social:

“O amplo desenvolvimento da pesquisa histórica durante os três últimos decênios nos domínios da economia, da demografia e, mais recentemente, da ecologia, estimulou os primeiros progressos da história social. Entretanto, não é menos evidente que o prosseguimento desse progresso depende da elaboração de novos questionários, de uma releitura dos documentos, e da exploração de novas fontes, do reconhecimento e da prospecção de novos campos de investigação” (8).

No pensar de F. Furet, a história quantitativa, disciplina conquistadora que seja, ela

(7). — CERTEAU (Michel de), *L'opération historique*. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *Faire de l'histoire*. Paris, Gallimard, 1974. v. 1, p. 37. O autor acrescenta: “Surpresa, a gente o lê com interesse, ele é admirável pela clareza”.

(8). — DUBY (George), *Histoire sociale et idéologie des sociétés*. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *Faire de l'histoire*. Paris, Gallimard,

“designa por uma mesma palavra muitas cousas: tanto um tipo de procedimento, e sempre de uma maneira ou de outra, explicitamente ou não, um tipo de conceptualização do passado”.

Qualquer que seja a interpretação retida,

“o primeiro problema que se põe (à ela) em termos novos é aquele das fontes” (9).

Disciplinas em procura de fontes, construindo ou refinando seus procedimentos, assim aparecem as ciências históricas na França, no tempo de novos problemas, de novas achegas, de novos objetos. Nada é, a partir de então, mais difícil de descrever que a metodologia dos setores os mais novos de uma história em plena “indeterminação conceitual”, que alarga sem cessar suas fronteiras, e das quais alguns se perguntam, à hora presente, se ela absorve as outras ciências humanas, ou se ela está em vias de ser por elas devorada, enquanto delas empresta à luz do dia e sem pejo uma grande parte de seu instrumental (10).

O espetáculo oferecido aos olhos de todos não é mais aquele de uma metodologia, mas de metodologias diferenciadas, adaptadas às necessidades próprias de novas temáticas, e se afirmando mesmo no momento em que setores tradicionais se aplicam em rejuvenescer sua própria *démarche*. O Langlois e Seignobos dos anos 1990 teria muitos volumes, e numerosos autores. Limitar-se-á aqui a interrogar-se, no “nível” do concreto e da prática, sobre as preocupações convergentes dos historiadores de hoje (11). A todos, com efeito, o modo atual de relações com as ciências vizinhas, de uma parte e o emprego novo e maciço de máquinas e instrumentos de laboratório, de outro lado, impõem simultaneamente a colocação em questão dos próprios fundamentos de toda a historiografia “científica”: A escolha das fontes e seu tratamento.

*

(9). — FURET (François), *Le quantitatif en histoire*. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *Faire de l'histoire*. Paris, Gallimard, 1974. v. 1, p. 42.

(10). — Tais são os títulos dos três volumes de *Faire de l'histoire*, publicados sob a direção de Jacques Le Goff e de Pierre Nora. É nesta obra coletiva que convém hoje procurar a imagem da historiografia francesa nos seus desenvolvimentos mais recentes.

(11). — O termo “metodologia” é equívoco. Ele pode aplicar-se muito bem ao emprego dos conceitos que formam o sistema graças ao qual a documentação é organizada, como à simples prática da pesquisa, e do tratamento da documentação — o que é também uma definição possível da erudição, outra palavra equívoca. Eu me fixo, tanto quanto possível, no segundo aspecto.

2. — *O enriquecimento do instrumental.*

“O papel, o pão, a tinta, e os lazeres assegurados” (12).

acrescentemos o papíro, o cálamo, e o pergaminho para o tempo das origens: De Herodoto, compondo as *Histórias*, até Fernand Braudel escrevendo *La Méditerranée à l'époque de Philippe II*, os historiadores não tiveram outros recursos, outros instrumentos de trabalho. Vem o computador; um artesanato, uma arte duas vezes milenária, entram em transição, para a era industrial. Uma máquina poderosa de memória inesgotável e infalível, pronta à confrontar instantaneamente todas as suas “lembranças” e à responder às questões, mais submissa que o gênio dos contos de fada que satisfazia apenas a três desejos, foi subitamente colocada à disposição dos pesquisadores.

A transformação é de tão grande alcance que estamos longe de haver medido as conseqüências. Abrindo imensas perspectivas, a máquina impõe regras. Desde os primeiros tempos da idade da informática esta *combinação de possibilidade e de restrições* modifica a prática histórica. Ela continua a transformá-la. No período de infância e da agitação em que ainda nos encontramos, as máquinas caem de moda depressa. Em uma geração de homens, três gerações de computadores sucederam-se; recursos crescentes são oferecidos aos utilizadores. Já o papel que o computador desempenhou nas transformações das disciplinas históricas deve ser interpretado nas perspectivas da história.

Os historiadores franceses não têm o monopólio do computador, mas terão eles o utilizado de modo específico? Certamente não, num primeiro tempo. A máquina se impôs de início pela sua aptidão em registrar massas consideráveis de dados, tornados homogêneos e tratados sistematicamente em conformidade com um sistema pré-estabelecido: instrumento ideal de uma história quantitativa e estatística nascente que aspirava interpretar séries indefinidas de documentos cifrados, mas que devia em razão do caráter limitado dos recursos humanos, contentar-se com os *fundos* históricos mais simples de manejar, isto é, os documentos econômicos, fiscais e demográficos. Posantes calculadoras, as máquinas das duas primeiras gerações, foram necessariamente reservadas aos historiadores das épocas moderna e contemporânea, utilizadores de arquivos abundantes e de séries estatísticas.

Pierre Chaunu celebrou o

(12). — A fórmula é emprestada de Pierre Chaunu.

“advento em 1965-66, no mercado das ciências do homem, dos computadores de terceira geração” (13).

A máquina é agora capaz de tratar uma informação lógica por intermédio de “linguagens” cada vez mais evoluídas. Ela é de um manejo ainda mais fácil: A “entrada” de dados que exigia até aqui o suporte, rígido e embaraçoso, da carta perfurada adaptada para o registro de cifras ou de informações codificadas, utiliza agora a fita magnética ou o disco, que recebem e transmitem numa linguagem *en clair*. Enfim, o terminal diretamente ligado ao computador autoriza o tratamento imediato das informações registradas e responde sem demora às questões mais complexas. Destas vantagens técnicas se beneficiam os historiadores “antiguistas e medievalistas”, até aqui distanciados da máquina pela natureza mesma das fontes lacunárias ou dificilmente ordenáveis em séries cifradas que eram constrangidos a utilizar. O benefício mais evidente é o de abrir o computador aos textos literários narrativos ou documentários, de toda época. Se a historiografia francesa tem feito prova de uma relativa originalidade nesta segunda fase é, sem dúvida, por sua vontade imediata de aproveitar as recentes melhorias técnicas para desembaraçar a história serial

“de planos onde a pesquisa a tinha por muito tempo acantonado, ou seja o econômico e o social”.

O “mental”, o “afetivo” são capturados pela informática histórica. A idéia de uma “história religiosa serial”, adaptada aos séculos do Antigo Regime, já foi lançada. A prova foi recentemente dada de que ela é possível, e que lança luzes muito novas sobre o comportamento de grupos sociais.

Tudo se passou em doze anos, de 1963 até hoje. Já se instaurou, em tão breve período, uma troca sutil entre a técnica e a problemática. A toda melhoria do mecanismo, o historiador responde por uma nova audácia intelectual, mas, sem dúvida, a historiografia francesa atual, não teria podido resolutamente entrar nesse jogo apaixonante senão porque ela estava preparada pelos anos de 30 a 50 para a mutação conceitual e metodológica. A história, uma vez libertada do “positivismo” e aberta a todas as solicitações das ciências do homem, o computador instalou-se em um terreno conquistado, suas possibilidades foram utilizadas com pertinência por homens ha-

(13). — CHAUNU (Pierre), *Un nouveau champ pour l'histoire sérielle; le quantitatif au troisième niveau*. In: BRAUDEL, F. *Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel*. Toulouse, E. Privat, 1972. v. 2; CHAUNU (Pierre). *Méthodologie de l'histoire et des sciences humaines*. Toulouse, s.d., 1973; CHAUNU (Pierre). *Histoire, science sociale...* p. 53-77.

bituados a manejar as cifras, a interrogar as estatísticas, e a inspirar-se em métodos e procedimentos da econometria. Ao instrumental técnico, respondia-se antecipadamente com um “instrumental mental” apropriado.

R. Mandrou falava recentemente da coexistência pacífica das escolas históricas através do mundo, mas também

“no interior de cada meio nacional onde coabitam historiadores ligados a esta ou aquela fórmula” (14).

A despeito das controvérsias sobre a composição da sociedade (ordens ou classes?), ou sobre a legitimidade e o procedimento de tal sistema de classificação (as categorias socio-profissionais, por exemplo), a calma reina, com efeito, no *front* histórico francês. Se fosse o caso de caracterizar com uma só palavra a situação atual, falaríamos à vontade de um *sincretismo*. Quem não está hoje de acordo, consideradas as preferências e recusas próprias de cada um, sobre as aquisições da filosofia crítica da história e da escola dos *Annales*? A desintegração do fato histórico reputado indissecável pelos pais positivistas, o primado do econômico e do social, a inserção do historiador na sua obra, e, sobretudo, a decomposição do tempo histórico em três ritmos (15), são noções que constituem um fundo comum, no qual seria necessário naturalmente fazer entrar também bom número de temas herdados do materialismo histórico. Em algumas páginas deleitáveis P. Goubert mostrou, recentemente, como os historiadores franceses haviam, em três decênios, composto, decomposto e recomposto sucessivas “metodologias”, colocando-as no *magazin* geral dos conceitos e modelos, dos quais muitos são como bem se sabe, emprestados às ciências humanas (16).

Não se esboçará aqui o catálogo desse famoso

“instrumental de empréstimo” (17).

(14). — MANDROU (Robert), *Statut scientifique de l'histoire*. In: ENCYCLOPAEDIA Universalis, s. L., v. 8, s.d. p. 428.

(15). — É esta, me parece, além de muitas outras, uma contribuição capital de Fernand Braudel para a historiografia contemporânea. As reflexões de F. Braudel sobre a história e seus métodos, foram reunidas nos *Écrits sur l'histoire*, publicado em Paris, por Flammarion, em 1969.

(16). — GOUBERT (Pierre), *Sur trois siècles et trois décennies*. In: BRAUDEL, F. *Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel*, Toulouse, E. Privat, 1972. v. 2, p. 251-8.

(17). — Sabe-se que a expressão é de Pierre Vilar. Os economistas falam voluntariamente, eu creio, de sua “caixa de ferramentas”.

De resto, a lista seria logo incompleta, porque na fase atual da sua atividade, a historiografia francesa empresta de toda mão. Jamais, sem dúvida, ela foi tão sensível às influências de outras ciências do homem, bem como às pressões da atualidade (18). Esta permeabilidade não é sem conseqüências. Ela contribui para diversificar as disciplinas históricas, das quais muitas parecem constituir-se em auxiliares das ciências vizinhas, como se elas quisessem ser introduções que dessem conta daquilo que precedeu. Assim, falamos correntemente de sociologia e de economia retrospectivas, de demografia histórica, daquilo que se disse não faz muito, história sociológica, econômica, ou demográfica. Pode parecer mesmo por vezes que ao contato das ciências que trabalham na “sincronia” ou na “descontinuidade”, a história perde o sentido da duração — que é, no entanto, o seu traço específico — e não mais seja percebida como ciência daquilo que muda. O terreno da história é hoje extremamente móvel, as paisagens mudam sem parar. A história social é assim “a cada volta” levada rumo ao econômico, depois rumo às “mentalidades”, oscilando... entre os dois termos da relação que a pesquisa cada vez mais privilegia: natureza e cultura. Os sinais se multiplicam. Uma orientação que se esboçava já entre as duas guerras, o interesse pela geografia e por

“uma história dos homens nas suas relações íntimas com a terra”, acentua-se com os estudos sobre a construção e as combinações dos espaços urbanos, sobre as transumâncias de plantas e seus efeitos econômicos, sobre a história das técnicas, sobre as mutações da sexualidade, sobre a doença, a medicina, e a história do corpo, etc” (19).

Os historiadores franceses acolheram diversamente esta prodigiosa germinação. Muitos deles não se preocuparam. Eles utilizam, sem pensamentos pré-concebidos, modificando as necessidades (a maioria do tempo, tratando de simplificar), o instrumental um pouco heteroclito das outras ciências do homem. Outros consideram que, de golpe, a história é ganhadora:

“Nós deixamos aos pesquisadores das ciências as mais sofisticadas o cuidado de operar os reconhecimentos perigosos; é a eles que toca muitas vezes, com perigo de vida, o fazer saltar os

(18). — Assim, a “ecologia” que é em parte o inventário de danos e poluições cujo terror amedronta os ocidentais dos anos de 1970 — novo “grande medo” alimentado pela imprensa — tornou-se objeto da história. Ver a este propósito um recente número de ANNALES, Économies, sociétés, civilisations, Paris, v. 29, nº 3, maio/jun. 1974.

(19). — CERTEAU (Michel de), *L'opération*... p. 18.

campos minados que se opõem ao progresso geral. Quanto à nós os historiadores, nós utilizamos largamente as riquezas que foram criadas anteriormente, os ramos já constituídos do saber quantitativo, sob o título de demografia, de economia, mesmo de econometria. Nós pilhamos sem vergonha, procurando na medida do possível restituir ao cêntuplo” (20).

Alguns se orgulham em ver a história domesticada, porque ela é, em definitivo, uma senhora servil.

“Uma das funções da história atual constitui prolongar no passado as séries de que podem dispor as ciências humanas. Mas a história não pode desempenhar o seu papel no sentido mais nobre de ciência auxiliar das outras ciências do homem, as ciências da ação, a não ser sob a condição de emprestar a estas ciências suas problemáticas. É com a ajuda dessas problemáticas que os historiadores prolongarão as séries que multiplicarão a eficácia das ciências humanas” (21).

Os inquietos (dos quais sou um) interrogam-se acerca da

“provocação maior à qual deve responder a história nova”. Porque “o campo que ela ocupava sózinha como sistema de explicação das sociedades pelo tempo, foi invadido por outras ciências de fronteiras mal definidas que arriscam aspirá-la ou dissolvê-la” (22).

Mas, sem dúvida, vale bem admiti-lo, porque apesar de tudo ninguém pode modificar um movimento espontâneo, que

(20). — LADURIE (Emmanuel Le Roy), *L'histoire immobile*. *Annales; économies, sociétés, civilisations*, Paris, 29 (3): 673-92, maio/jun. 1974.

(21). — CHAUNU (Pierre), *Histoire, science* ... p. 53.

(22). — LE GOFF (Jacques) & NORA (Pierre), *Faire de l'histoire*. Paris, Gallimard, 1974. v. 1, p. XI; CASANOVA (Antoine) & LE GOFF (Jacques), *Enquête de la nouvelle critique*. In: BERQUE, Jacques et alii. *Aujourd'hui, l'histoire*. Paris, Ed. Sociales, 1974. p. 94-105.

Lê-se um diálogo entre Casanova e Le Goff que se realizou sobre o seguinte argumento: “O progresso do conjunto das ciências humanas coloca os historiadores face a problemas novos. A história vai diluir-se nas outras disciplinas, ou enriquecendo-se de métodos que elas lhe ensinam, aceitar certas colocações em questão e conservar contudo seu domínio próprio?”. Na verdade, os contatos entre a velha história e as ciências humanas mais jovens não deveria ter nenhum caráter verdadeiramente “inquietante”. É pouco frequente que um historiador empreste outra coisa às ciências humanas que um ou outro ponto de vista, hipóteses, procedimentos. É a multiplicidade e a frequência acrescida destes empréstimos temáticos e técnicos que acabam por transformar radicalmente a história. Se a gente ousa uma imagem que toca ao mal-estar, dir-se-ia que a roupa sem costura que foi outrora aquela da história triunfante está “agora toda remendada”.

... se a gente aceita aquilo que resta demonstrar, e não pode ser demonstrável, que as ciências humanas formam um conjunto e comportam uma certa unidade, cada uma dentre elas se redefinem em relação a este conjunto, de maneira nova — a história com as outras, melhor do que as outras, sem dúvida na medida em que as suas fronteiras são largamente abertas. A história, *à la limite*, são todas as ciências humanas reconsideradas de um certo ponto de vista que criou uma “unidade” diferente da unidade possível a partir de tal ou qual outra ciência do homem” (23).

Aspiração rumo ao intemporal, o permanente, o estático, pelas ciências humanas, indiferentes às mudanças, pela máquina produtora de longas séries homogêneas, a história é ao mesmo tempo, levada à cronologia por todos os procedimentos de laboratório que enriquecem atualmente a sua panóplia científica. Eles têm por primeiro efeito promover a dignidade das fontes históricas, toda sorte de objetos que restam obstinadamente mudos até hoje, e de enriquecer, por consequência, o *stock* documentário. Mas, talvez não tenhamos suficientemente observado que, em quase todos os casos, as análises e as manipulações permitem de datar o quê, até então, era quase sem idade, ou pelo menos de ajustar as idades aos vestígios — e mesmo os textos, que a observação empírica não conseguira situar com uma precisão suficiente na escala do tempo (24). Fora de toda consideração doutrinária, a preocupação fundamental dos historiadores permanece bem aquela de enriquecer a documentação.

*

3. — *A revolução documentária.*

Filha das ciências humanas e do computador, uma revolução documentária se processa sob os nossos olhos (25). De início, isto

(23). — BRAUDEL (Fernand), *Annuaire, comptes rendus des cours et conférences*, 1972-1973. Paris, École Pratique, 1974. p. 143.

(24). — LÉVÊQUE (Pierre), *Problèmes théoriques de l'histoire et sociétés antiques*. In: BERQUE, Jacques et alii. *Aujourd'hui, l'histoire*. Paris, E. Sociales, 1974. p. 73-4.

Observando que “os documentos se multiplicam” em história antiga, P. Lévêque sublinha que se os utiliza para interpretações “técnicas mais refinadas assegurando datações ou localizações mais precisas. Assim os progressos de ceramologia autorizam em muitos casos datas a uma dezena de anos depois — obrigando por vezes a reconsiderar de *pans* inteiros de história econômica, como é atualmente o caso para a cerâmica italiana de Arezzo. O recurso às técnicas científicas (análise de massas cerâmicas, alianças de estátuas de bronze ou de moedas) é também freqüente à base de tais renovações. A escavação estratigráfica acresce o rigor da tecnologia”.

(25). — “A mutação da história serial... é de início uma *mutação documentária*”, e “um novo salto à frente no passado, deve ser pago por uma nova *invenção documentária*”; assim fala Pierre Chaunu, em *Un nouveau champ*... p. 116, 120.

significa um equívoco. Usando a expressão “revolução documentária”, não se pretende absolutamente dar a entender que as fontes que o historiador até aqui utilizou se encontram totalmente prescritas e que outros documentos, de um tipo radicalmente diferente, são vindos para substituí-las. Os documentos áudio-visuais não são assim tão novos: a fotografia apareceu nos anos de 1840, o fonógrafo nasceu em 1877, o desenvolvimento do cinema data dos últimos anos do século XIX; utilizável somente para o tempo presente, esta categoria documentária não é evidentemente menos suficientemente explorada pelos historiadores que permanecem ligados às fontes tradicionais, ou seja, às fontes escritas reunidas nos arquivos e nas bibliotecas (26). O aparecimento de documentos produzidos pelas máquinas mecanográficas e eletrônicas pareceria, com vantagem, uma mutação, no sentido em que os biólogos e os autores da ciência ficção entendem o termo. Brusca e maciça, esta mutação não produziu ainda todos os seus efeitos. Ela não interessará de todo modo senão aos historiadores do futuro, quando eles tomarão por objeto de estudo o tempo da era da informática. No momento, os arquivistas são, pouco a pouco, os únicos conscientes

“das conseqüências consideráveis que esta novidade traz e trará sem dúvida, nos próximos anos, no domínio dos arquivos”.

Eles se sentem tomados de impotência diante da pressa de um fenômeno que os obriga a dar lugar, nos depósitos concebidos para o papel, para esta variedade inédita de documentos, dos quais é preciso determinar as condições de conservação material, e decidir se a gente eliminará uma parte, ou guardará na sua totalidade. O historiador percebe bem cedo as dificuldades de exploração de uma “escrita” produzida com a ajuda de códigos e de programas depressa superados pelas máquinas que passam de moda e que são jogadas no ferro velho. Ele verá progressivamente diminuir a produção de documentos *en clair*, em proveito de uma massa singularmente rebarbativa e hermética de fichas mecanografadas e de fitas magnéticas, cujas condições de sobrevivência são aleatórias. Mais eficazmente do que qualquer teoria, a natureza e a abundância do material bem poderiam um dia matar a história quantitativa e reabilitar o “impressionismo” (27).

(26). — Convém sublinhar a importância da ação desenvolvida por Marc Ferro para dar ao filme o estatuto de fonte histórica. FERRO (Marc), *Le film: une contre-analyse de la société*. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *Faire de l'histoire*. Paris, Gallimard, 1974. v. 3, p. 236-55.

(27). — MARQUANT (Robert) & PÉROTIN (Ives), *Les documents utilisés en produit par les machines électroniques et mécaniques*, In: MANUEL d'Archivistiques. Paris, s.ed., 1970. p. 555-62.

Se ela não é mutação técnica, a revolução documentária evoca em compensação a revolução política, noite de 4 de agosto, e jornadas de outubro confundidas. Ela revolveu as antigas hierarquias, dando o poder às massas, reabilitando as categorias oprimidas.

Os teóricos da história positivista jamais afirmaram que o único documento histórico fosse o documento escrito.

“Os documentos são os traços deixados pelos pensamentos e pelas ações dos homens”. Quer dizer, “tudo aquilo que o homem diz ou escreve, tudo aquilo que ele fabrica, tudo aquilo que ele toca, pode e deve fornecer ensinamentos sobre ele...” (28).

Mas, é verdade que os mestres do século passado privilegiaram, na prática, o escrito, o texto, até “fazer do documento de arquivo (julgado mais objetivo que as fontes narrativas), o material quase exclusivo de uma história voltada principalmente para o estudo dos fatos políticos, e dominada pelos grandes homens. A partir de então, o Príncipe, o homem de Estado, o diplomata, o ministro, o alto funcionário, o prelado, o chefe de Guerra, o revolucionário, formam a *troupe* que se agita diante da cena: A carta de chancelaria, o despacho diplomático, a missiva pessoal, a proclamação, o relatório secreto, se afirmam como as fontes as mais consideradas. O documento raro, único, revelador da psicologia e da ação, ocupa o alto de uma hierarquia implícita. Mas, depois do século XIX, os historiadores fizeram sua revolução política e social. Escutemos P. Goubert:

“Depois de muitos outros, eu tenho somente experimentado o desejo e quase a necessidade de me interessar por todos os homens e não somente por aqueles que brilharam por seu nascimento, por seu estado, por sua função, por sua riqueza, ou por sua inteligência. Em uma França antes que tudo camponesa, eu tenho tentado conhecer os camponeses” (29).

Eis P. Chaunu, estudando as “construções”. Mas, não o castelo, a catedral, o palácio. Não.

“as contas do Louvre, as faturas de Bernin, o detalhe das construções de Aranjuez, o peso de Versalhes e do Escorial”. Não “o edifício de prestígio...” — “O edifício que nos interessa, é a construção global, aquela que assegura o teto aos humildes, que

(28). — A primeira frase é de Langlois et Seignobos. A segunda é de Marc Bloch.

(29). — GOUBERT (Pierre), *Cent mille provinciaux au XVIIe siècle. Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730*. Paris, s. ed., 1968. p. 13.

faz parte do aparelho de produção artesanal, em uma palavra, é a massa difícil de atingir” (30).

Difícil de atingir? Contudo, os documentos já existem, nos arquivos, os Beauvaisins de P. Goubert deixaram traços

“nos documentos geralmente modestos: Registros paroquiais...; inventários...; documentos fiscais...; jurisdição graciosa e abundantes procedimentos civis de humildes côrtes de justiça freqüentemente senhoriais, com testemunhos ingênuos; estas vistorias precisas, freqüentemente contraditórias, que fornecem o quadro mais detalhado das diversas condições populares...” (31).

Na historiografia francesa contemporânea, o registro paroquial tomou o valor de símbolo. Ele ocupa o lugar mestre na hierarquia implícita das fontes.

“Não se pode lançar na sombra com algumas palavras de menosprezo a mais compacta das fontes da história “dos povos”. Não mais se a rejeita: Deu-se-lhe o poder”.

Eis então a massa no poder: A massa documentária, o milhão de atas. Trata-se de estudar a casa ruãonesa dos séculos XVII e XVIII, seja

“dez mil sítios, dois séculos, 60 a 100 mil habitantes, meio milhão de destinos”? Eis “um milhão de atas e todas as correla-

(30). — CHAUNU (Pierre et alii), *Le bâtiment. Enquête d'histoire économique XIVE — XIXe siècles*. Paris, Mouton, 1971. v. 1, p. 11. (École Pratique des Hautes Études. VI section: Sciences économiques et sociales. Industrie et artisanat, 6); ARON (Raymond), *L'historien entre l'ethnologue et le futurologue*. Paris, Mouton, 1972. p. 272. Evoca segundo François Furet “a transformação da paisagem (da história), o interesse acrescido pelas condições da existência dos homens comuns, pela persistência das idéias ou das crenças enraizadas no passado mais longínquo, a reconstituição de séries quantitativas, quer se trate do volume da população, das taxas de natalidade ou de mortalidade, da curva de preços ou de rendas. O acordo será estabelecido oportunamente, acrescenta R. Aron (entre os historiadores de todas as tendências), sobre as duas origens desta curiosidade alargada, ou desta orientação parcialmente nova da curiosidade; uma sociedade que se quer democrática procura os antepassados, repetindo a pesquisa de antepassados aristocratas ou revolucionários; o estudo de séries do número dos homens ou do nível de preços, atinge em aparência um valor científico mais alto”.

(31). — GOUBERT (Pierre), *Cent mille provinciaux*. /s.n.t./ p. 22. Toda a “Note sur les sources” p. 21-23, é de um grande interesse metodológico e psicológico notadamente. Lê-se a pesquisa dos documentos — constituindo séries, deve ou deveria constituir um elemento importante de toda pesquisa social”.

ções possíveis do homem nas suas relações com um espaço urbano, tomado na sua totalidade, uma ambição monstruosa na medida das tecnologias de cume na informática” (32).

Milhão de atas, informática: dois termos que um chama logicamente o outro, uma correlação sem a qual não existiriam plenamente nem a história quantitativa, nem sua expressão mais refinada, a história serial. Será preciso repetir, que não era necessário esperar pelo computador para “quantificar”? G. Lefebvre gostava de dizer:

“Não é suficiente descrever, é preciso contar, em um tempo em que os historiadores contavam nos dedos. Mas quem teria podido acreditar que, depois do século XV, milhares de notários e de escrivães, e que depois do século XVII, dezenas de milhares de amanuenses, de sargentos-mores, de contadores, de perceptores e coletores, de agentes de censo, de burocratas do rei ou do imperador ou da República, preencheriam milhões de páginas, alinhadas com centenas de milhões de cifras, para alimentar em definitivo a máquina devoradora, produtora de curvas e de listagens, intérpretes de exploradores das longas durações? Fundos de arquivos menosprezados, ou simplesmente ignorados pelos pesquisadores, foram logo desempoeirados, explorados, formalizados, transformados em fichas perfuradas ou em fitas magnéticas. Uma nova periodização se impõe: Idades pré-estatísticas, proto-estatísticas, estatística, enfim! Os documentos cifrados, logo não mais satisfizeram. Após o censo e o registro paroquial, eis o testamento que esclarece as mentalidades. A gente passa muito tempo ao lado do tesouro sem o ver”.

A caça está aberta às fontes copiosas.

É preciso bem reconhecer: estas massas que subiram à cena, que agora ocupam inteiramente “o teatro da história”, são massas de documentos escritos. Elas triunfaram graças ao computador que as organizou. Mas, o outro Poder, aquele das ciências humanas, reclama pelas categorias oprimidas, pela imensa multidão de testemunhos que não são escritos. O historiador positivista ignorava-os com soberba. L. Febvre, outrora, havia pleiteado pelas palavras, os sinais, as paisagens, as telhas, as formas do campo e as ervas daninhas, os eclipses da lua, arreios de carruagens, as pedras examinadas pelos geólogos, e as espadas analisadas pelos químicos. Em uma palavra, por

(32). — CHAUNU (Pierre et alii), *Le bâtiment...*, p. 9.

“tudo aquilo que sendo do homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (33).

L. Febvre descrevia um movimento apenas começado, há cerca de um quarto de século, e que estava bem longe de haver produzido todos os seus efeitos, na França pelos menos: Como poderia ele desembarçar-se no país de dez mil arquivos, onde o escrito tudo submerge? (34). Compreende-se hoje em dia o etnólogo intimar o historiador a levar em consideração a tradição oral, e o especialista da história das mentalidades nisto consente. Mas onde irá procurar os traços da tradição oral se, por ventura for medievalista (e a história das mentalidades entre nós é, em larga medida, uma ocupação dos medievalistas)? Nas crônicas, nos pequenos livros azuis da literatura popular, nas pesquisas que os folcloristas do século passado realizaram em uma França camponesa quase imóvel ou que dava a impressão de sê-lo. A história da cozinha interessa agora aos historiadores franceses, mas estes consultam coleções de receitas culinárias e *menus* dos grandes restaurantes parisienses da *Belle Époque*; não as lembranças dos *chefs* e das donas de casa (35). A polida consideração testemunhada em nossos dias por uma tradição oral outrora desprezada, não transformou ainda profundamente os costumes dos historiadores que lançam sobre o passado o olhar de etnólogo. Os vestígios materiais conhecem melhor fortuna. Não está longe o tempo em que somente os “antiguistas” os admitiam, na mesma posição que o escrito (fontes narrativas e inscrições), em seus ensaios de reconstrução de antigas sociedades, mas as fontes escritas eram parcimoniosamente medidas... Os medievalistas confiavam o estudo da arqueologia a especialistas, preocupados sobretudo com a arte monumental e apegados aos vestígios mais prestigiosos. Eles não incorporaram nas suas obras nada do obtido nessas pesquisas. Ora, a arqueologia medieval conheceu no mundo, no curso dos últimos anos, profundas mudanças em seus métodos e em seus objetivos. Ela progressivamente converteu-se nisto que os sábios poloneses foram os iniciadores, chamando de ciência da cultura material, à qual estão ligadas as técnicas rurais e artesanais, os costumes, o instrumental, a alimentação. A arqueologia da habitação, não se justifica desde então, a não ser como corolário obrigatório destas pesquisas com

(33). — FEBVRE (Lucien), *Combats pour l'histoire*. Paris, A. Colin, 1953. p. 248.

(34). — Como se sabe, estima-se em dez mil os arquivos oficiais e particulares que existiam na França às vésperas da Revolução.

(35). — ARON (Jean-Paul), *La cuisine*. In LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *Faire de l'histoire*. Paris, Gallimard, 1974, v. 3, p. 192-219. ,

finalidade antropológica, e a nova arqueologia não teme em utilizar, em benefício da história da Idade Média, as técnicas que pareciam até aqui reservadas à pré-história e à proto-história. Os historiadores franceses tiraram proveito de técnicas desenvolvidas fora deles. Mas, tomaram cuidado no sentido de controlar os resultados. Se eles reconhecem que os dados arqueológicos enriquecem consideravelmente sua bagagem documentária, eles entendem, como escreveu de Bouïard,

“um vai e vem crítico interessante entre a análise de texto e a análise das escavações”.

Na França, no domínio do não escrito, a revolução documentária encontrou limites (36).

Resta que, em uma vintena de anos, as mudanças de alcance considerável, transformaram a prática histórica tanto no que concerne à escolha, como à avaliação das fontes. O comportamento do historiador em relação ao documento, sua diligência crítica, encontra-se necessariamente afetado.

*

4. — *Os novos postulados.*

Na França, houve um tempo, isto foi entre os anos de 30 e 60, em que a inovação era o apanágio dos medievalistas e dos seiscentistas; os “antiguistas” e os historiadores do mundo contemporâneo permaneciam em reserva. Hoje, o facho passou às mãos dos modernistas. As páginas que precederam mostram bem que os historiado-

(36). — É possível estender esta observação à utilização de documentos iconográficos. Os historiadores com efeito têm a tendência de limitar seu uso à simples ilustração das conclusões, às quais chegaram pelas vias documentárias tradicionais. Entretanto, numerosos dentre eles que procuram explorar as imagens como fontes autônomas capazes de fornecer informações nos domínios diversos que aquele da civilização material ou aquele do estudo das mentalidades. Eles adotam e adaptam à sua disciplina a concepção da “obra de arte enquanto sintoma” (Erwin Panofsky) que sustentou a reflexão e o êxito da Escola de Warburg. Dependente disto, ainda, afirma a necessidade de reunir o maior número possível de documentos a fim de melhor assegurar a necessidade, a crítica de cada um deles e a exploração histórica do conjunto. Onde o desenvolvimento de fichários iconográficos como aquele do *Index of Christian Art* de Princeton, o *Iconclass* da Universidade de Leyde, a Fototeca de História Rural do *Centre Belge d'Histoire Rurale*. A constituição de séries de imagens não é de resto exigência própria dos historiadores. Ela é igualmente sentida como indispensável ao progresso de sua disciplina pelos iconógrafos, tal como E. H. Gombrich. E lá, ainda, sem dúvida, a massa documentária é tal que ela faz aparecer o computador como o instrumento indispensável para a sua exploração.

res que se ligam ao estudo dos séculos XVII e XVIII, são os autores principais da mudança. A que é preciso atribuir esta transferência? Ao *hasard* sociológico que tem orientado, ao mesmo tempo, um número apreciável de brilhantes espíritos dessa mesma geração, rumo à mesma carreira e à mesma especialidade universitária? Sem dúvida, mas pode ser devida ao fato freqüentemente sublinhado de que as orientações gerais da história, e os desenvolvimentos inauditos da maquinaria que ela utiliza, favoreceram o emprego de massas documentárias.

Tudo repousando sobre a massa e a série, os modernistas se emboscaram em um maravilhoso cruzamento. Nas idades proto-estatísticas o milhão de documentos não era assim tão difícil de descobrir; a série existe sob a condição que se ajude um pouco os seus dados se tornarem homogêneos, e tudo, portanto, reside na medida do homem. No tempo da história fática, era permitido folhear com emoção um testamento, sonhar diante de um registro paroquial. A emoção não desapareceu. Ela torna menos árida a matemática e se infiltra até a estrutura. Basta ler Chaunu para persuadir-se disso. Como qualquer uma das ciências no século XVIII, a estatística não podia impedir-se de ser amável. Longe da aridez das séries conscientemente constituídas para serem trituradas pela máquina, tais já são as fontes que a administração contemporânea emite, “o arquivo” dos séculos XVII e XVIII deixa livre curso à imaginação, às faculdades inventivas de um historiador que, a despeito de esforços obstinados, ainda não se metamorfoseou inteiramente em fabricante de gráficos.

Da intuição em invenção, da invenção em reflexão, os historiadores que se reclamam do quantitativo e do serial, construíram progressivamente um método que ainda lhes é peculiar, mas que se pode estimar, sem risco de erro, que afetará toda a prática histórica nos próximos anos (37). Caminho feito, eles encontraram os historiadores das “mentalidades”, estes inventores, que têm suas próprias exigências e procuram em permanência os meios e os procedimentos que os satisfazem. A metodologia histórica está em uma fase de reconstrução. De todas as capelas já edificadas é preciso agora extrair as pedras que permitirão construir o edifício principal, cujos primeiros delineamentos apenas aparecem.

(37). — CHAUNU (Pierre), *Un nouveau champ...* v. 2, p. 105. É isto que P. Chaunu deixa bem entender: “Fernand Braudel quis consagrar, há alguns anos, uma palavra, a história serial, que eu havia avançado, em 1960, para marcar uma etapa, resumir um esforço. Depois, eu voltei várias vezes, sobre a metodologia de uma forma de história que tínhamos preconizado e eu me esforcei por estender o seu uso a outros domínios”.

No começo era o documento... Este postulado positivista foi abandonado, mas para ser substituído por um outro. No início está o “problema”. Falou-se muito nos anos 30 da hipótese que justifica e sustenta o trabalho do historiador. Se fosse procedida a contagem das “palavras-chaves” da historiografia atual, teríamos que os termos “problema” e “problemática” encabeçariam a lista: Não mais existe uma obra histórica que não responda a uma problemática. A necessidade em que se encontra hoje um usuário da máquina de elaborar um questionário que permita explorar a documentação “retida na memória”, dá maior atenção e um procedimento que bons espíritos não hesitam, contudo, em considerar como

“um *truc* retórico” (38).

E se não havia, no início, a não ser intuição, simpatia e, deixemos a palavra, pura curiosidade? Qualquer que ela seja, a posição teórica do historiador positivista está agora invertida. “Não havendo documentos, não há história” afirmavam os mestres de outrora. “Não havendo problema, não há documentos”, seria necessário dizer hoje.

“Toda a era positivista acreditou que a existência de fontes e a possibilidade de sua exploração exaustiva, ditavam a problemática histórica quando o inverso é que é o verdadeiro; é a *problemática que faz nascer fontes praticamente inesgotáveis*” (39).

Sob sua aparência dogmática, esta afirmação provocante da escola contemporânea não será ela também a constatação de uma realidade que todo historiador tem, um dia ou outro, experimentado? A um *expert* inquieto (todos os *experts* o são) do futuro econômico do Império cherifiano, o marechal Liautey, então residente geral no Marrocos, respondia:

“A gente encontrará sempre fosfatos!”

(38). — GOUBERT (Pierre), *Sur trois siècles et trois décennies*. In: BRAUDEL, F. *Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel*. Toulouse, Privat, 1972. v. 2, p. 257.

Pensa que “o problema foi sobretudo, entre nós, um astucioso meio de exposição, um velho *truc* retórico para apresentar soluções já conhecidas. Os verdadeiros problemas, aqueles que não se resolve de imediato, eles aparecem depois de longas pesquisas realizadas frequentemente sobre simples hipóteses, mudadas no curso do caminho”.

(39). — NORA (Pierre), *Pour une histoire contemporaine*. In: BRAUDEL, Fernand. *Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel*. Toulouse, Privat, 1972. v. 2, p. 420-1; FURET (François), *Le quantitatif en histoire*. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *Faire de l'histoire*. Paris, Gallimard, 1974. v. 1, p. 49. “Não são as fontes que definem (a) problemática (da história), mas a problemática que define as fontes”.

Desde o dia longínquo em que eu li esta afirmação peremptória, e própria a assegurar os economistas do tempo presente, ela sempre me pareceu representar uma das posições habituais dos historiadores. Parece suficiente colocar uma questão, para que o documento surja, seja “inventado”, em todos os sentidos da palavra. Quando ele participava da preparação de um volume coletivo consagrado às *Casas rurais e urbanas da França tradicional*, P. Chaunu observou um dos autores

“reagir a uma questão posta. Em alguns dias ele havia resolvido o problema. Ele partiu da questão posta e encontrou o documento” (40).

Se a gente deseja compreender a novidade das atitudes de hoje, é preciso sempre voltar à teoria positivista. A história era narração; o historiador extraía do documento o elemento fundamental da narração, o *fato* (por excelência, o fato político) que era suficiente combinar objetivamente com os outros elementos tirados das fontes disponíveis para reproduzir o acontecimento. De um acontecimento a outro, uma relação causal elementar permitia reconstituir a realidade na sua duração linear. A ação conjunta da filosofia crítica da história e dos mestres dos *Annales* pulverizou o acontecimento, reduziu-o ao estado de reconstituição arbitrária, ao mesmo tempo que deslocava a duração e a decompunha em muitos níveis. Após a morte do acontecimento, o “fato individual” encontrava-se desvalorizado. A expressão tomou um ar pejorativo, e ela não foi mais empregada. O historiador do quantitativo dispõe da *donnée*,

“elemento repetido integrável em uma série homogênea suscetível de suportar em seguida os procedimentos matemáticos clássicos da análise de séries”.

A *donnée* aparenta-se ao fato tradicional naquilo em que ela é também extraída do documento e, por conseqüência, forjada e selecionada como o era o próprio fato. Ela difere porém em um ponto essencial, ela não é mais escolhida porque marca os tempos fortes de uma história cujo “sentido” foi previamente constituído, ela é um fe-

(40). — CHAUNU (Pierre), *Le bâtiment...* p. 15. “O documento não é nada sem a problemática. É raro na época pré-estatística que não se acabe por encontrar o documento que responde a uma questão corretamente formulada”. A propósito de suas próprias pesquisas. M. Vovelle declarou: “Restava encontrar para tal problemática fontes apropriadas: nós nos dedicamos...”

VOVELLE (Michel), *Étude quantitative de la déchristianisation. Dix-huitième siècle*, Paris, (5): 165, 1973.

nômeno selecionado e construído em função do seu caráter repetitivo e portanto comparável através de um espaço de tempo determinado (41). Ela é por essência o instrumento da história conjuntural e estrutural, como o fato histórico tradicional o era da história factual. A *donnée* possui uma propriedade particular: Ela se aglutina em *corpus* que é absorvido pelo computador.

“Os *corpus* históricos são, por definição, de natureza tão diversa que o historiador pode constituir-lo segundo suas preferências e suas competências, tratá-los como economistas, como sociólogo, como etnólogo ou como linguista” (42).

Um velho sonho torna-se realidade: O historiador domina enfim suas fontes. Melhor, ele tem o sentimento de criá-las.

“A historiografia clássica foi criada a partir de arquivos elaborados e tratados segundo as regras críticas que nos legaram os Beneditinos “mauristas” do século XVIII e os historiadores alemães do século XIX. A historiografia serial de hoje deve *reconstituir* seus arquivos...” (43).

Reconstituir? Será possível que o historiador disponha de tal poder? Sem dúvida, os eruditos de todos os tempos criaram arquivos trabalhando para reunir seus materiais. Suas cópias, suas notas, suas reflexões tornaram-se a seu tempo, assunto da história. Sem dúvida, o computador dá aos dados que ele engurgita um “valor acrescentado”. Os elementos escolhidos, triados, normalizados, que ele registra, sofreram uma primeira elaboração, eles diferem da fonte bruta, eles podem ter toda sorte de reinterpretações que imagina o historiador criador de um novo “programa”, ou tendo a faculdade de reagrupar sistematicamente massas heterogêneas de dados extraídos de diferentes fundos de arquivos, depois estocados em uma memória central. Mas como não ver que se trata, em todo caso, de arquivos de segundo grau, constituídos à partir de documentos primitivos dos quais são indissociáveis? Se é bem verdade, como observa F. Furet, que os arquivos europeus foram

(41). — FURET (François), *Histoire et ethnologie*. In: BRAUDEL, F. *Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel*. Toulouse, Privat, 1972. v. 2, p. 231.

(42). — *Ibid.* Sobre o mesmo assunto veremos também a exposição muito clara de Herman VAN DER WEE et alii, *Méthodes et techniques nouvelles en histoire économique quantitative*. In: BRAUDEL, F. *Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel*. Toulouse, Privat, 1972, v. 2, p. 443-452.

(43). — FURET (François), *Le quantitatif*. p. 49.

“classificados no século XIX segundo procedimentos e critérios que refletem as preocupações ideológicas e metodológicas da história dessa época”,

ninguém pode dizer que os fundos tenham sido *constituídos* pelos historiadores. Nenhum historiador pode pretender hoje que realmente tenha criado a sua documentação (44).

Nem o historiador, nem o arquivista, não constituem com efeito os arquivos: eles os recebem da administração, do grupo, da família, do indivíduo, que os elaboram. Não mais que os seus predecessores, os historiadores atuais do “quantitativo”, não criam fundamentalmente os documentos que lhes permite responder às questões que tenham previamente colocado. Eles os encontram nos depósitos, arrumados nas séries que respondem bem, ou mal — quando se trata dos arquivos franceses — às categorias históricas imaginadas pelos arquivistas do início do século XIX que haviam apreendido a ler a “Enciclopédia”, e este modo de classificação horroriza os arquivistas contemporâneos há muito tempo persuadidos que é preciso “respeitar os fundos”, ou seja não substituir o arranjo empírico criado pela burocracia, principal produtora de fontes, por nenhuma ordem racional.

A realidade contaria menos do que a idéia que dela se faz? Pouco importa, em definitivo, que o “problema” comande ou não a pesquisa, que o documento surja ao menor sinal ou imponha a sua tirania, que o fato seja substituído pela *donnée*, que os arquivos sejam

(44). — STENGERS (J.), *L'historien devant l'abondance statistique*. *Revue de l'Institut de Sociologie*, Paris, (3): 427-58, 1970.

Isto, me parece, é o que entende significar J. Stengers: “Em matéria estatística, o historiador pode, se ele deseja, criar, ou tentar criar ele próprio a abundância. Ele pode com efeito, à propósto de uma muitidão de fenômenos do passado, fazer a quantificação, portanto a estatística. Não existe, é bem verdade, nenhum historiador, mesmo entre os mais tradicionalistas, que não tenha sentido em um momento dado o que a medida cifrada pode evidenciar de clareza sobre este ou aquele aspecto do seu estudo, tudo isto que ele tem de indispensável. Se a gente sistematiza a quantificação, culmina, bem entendido, em alguma cousa bem distante da historiografia tradicional: Desemboca-se nisto que os anglo-saxões chamaram, de maneira meio séria meio irônica, a *cliométrica*, ou o que um historiador belga propôs batizar, a *historiometria*”. E. Le Roy Ladurie diz claramente: “A história de base informática não chega somente a uma categoria de pesquisas bem determinadas. Ela desemboca também sobre a constituição de um “arquivo” uma vez posta em cartas perfuradas ou em fitas magnéticas, e após sua utilização por um primeiro historiador, os dados podem, com efeito, ser estocados e isto na intenção de futuros pesquisadores, desejosos de obter correlações inéditas”. Sobre a quantificação na história, e suas conseqüências, a bibliografia é já imensa. Cita-se aqui somente o número consagrado a esta questão pela REVUE DE L'INSTITUT DE SOCIOLOGIE, Paris, nº 2, 1972.

criados ou recebidos. Resta que os postulados, tidos por intangíveis por gerações de historiadores, estão agora revolvidos, ou melhor invertidos, o debate metodológico, depois de meio século, repousa sobre a escolha da atitude que convém ao historiador tomar face ao documento.

*

5. — *A crítica de coerência e o modo de leitura.*

Nós temos mudado as idéias recebidas, e a próxima geração revolverá nossas evidências. Poderá parecer ao menos que a posição crítica tradicional estivesse para sempre fora de atentados na sua perfeição acabada. A chegada do quantitativo modificou as perspectivas.

“Seja, por exemplo, o imenso *corpus* dos arquivos franceses da conscrição militar no século XIX: Contas numéricas e sumárias do recrutamento do exército (1819-1826); ou ainda os registros individuais do recrutamento, conservados em escala nacional, a partir de 1838”.

A autenticidade das fontes sendo incontestável, o procedimento tradicional teria consistido em perguntar qual o crédito reservado ao trabalho dos escrivães que, de ano a ano, levantavam as características físicas de milhares de jovens, anotaram a profissão de cada um deles, avaliaram o seu grau de instrução ou analfabetismo, registraram seus antecedentes judiciais. O trabalho teria sido feito conscienciosamente? Livraria ele a reprodução fiel da realidade? A *nuance* dos olhos e aquela dos cabelos têm sua importância na antropologia física: os sargentos-mores tinham eles uma vista boa e uma noção exata e uniforme das cores? Seu metro estaria bem regrado quando mediam a altura dos conscritos? Tomaram eles o cuidado de verificar as declarações daquele que pretendia saber ler, e do outro que se vangloriava de saber escrever? As questões são irrisórias apenas na aparência. Mil outras, do mesmo tipo, deveriam, na boa crítica, ser colocadas. Mas é suficiente, precisamente, formulá-las para medir a absurdidade fundamental: O documento é de

“tal maneira enorme... que ele desafia... a tradicional colocação à prova pela crítica histórica” (45).

Pode bem ser um hábito francês o de erigir em regras de razão as necessidades empíricas. Pois que, de toda evidência, os dados estatísticos, pelo fato da sua massa, não podem ser submetidos ao pro-

(45). — LADURIE (Emmanuel le Roy), *Histoire et littérature. Dix-huitième siècle*, Paris, (5): 53. 1973.

cedimento crítico que, depois de Mabillon, aplica-se indistintamente às tábuas micênicas, aos diplomas carolíngios e aos instrumentos dos tratados de Westphália, é suficiente decidir que a substância real não pode ser apanhada (46), — isto que pode ser verdade, mas não o é necessariamente e que parece relevar em todo caso de um *parti-pris* filosófico. O tratamento informático dos arquivos da conscrição francesa sob Luiz XVIII e Carlos X não restituirá o real; ele recomporá somente

“como um *oeil de mouche* de múltiplas facetas, o olhar coletivo de milhares de burocratas que, em nome do governo da Restauração, asseguravam a rotina anual do recrutamento, em 1819-1826” (47).

Desde então, a crítica documentária não pode ser que “diferente daquela do século XIX”. F. Furet disse muito bem:

“O documento, os dados não existem mais por eles mesmos, mas em relação à série que os precede e os segue; é assim o seu valor relativo que se torna objetivo ... Assim se encontra deslocado, do mesmo golpe, o velho problema da crítica do documento histórico. A crítica “externa” não se estabelece mais à partir de uma coeência com um texto da mesma natureza, situado diferentemente na série temporal, ou seja, antes ou depois. A crítica “interna” se encontra ainda mais simplificada, pois muitas das operações de “limpeza” dos dados podem ser postas na memória do computador” (48).

No domínio específico da história quantitativa a crítica da coeência se opera no interior da série e, substituindo todas as etapas tradicionais, não objetiva que justificar a inserção do dado na cadeia serial.

Como bons práticos, os historiadores franceses contemporâneos têm estado todavia menos preocupados em transformar o método crítico (no fundo, deles próprios, eles o sabem insubstituível), do que em colocar na ordem do dia *procedimentos inéditos de utilização das fontes*. Os novos “modos de leitura”, sem estar necessariamente liga-

(46). — François Furet fala da realidade inatingível em *Histoire et ethnologie...* p. 231.

(47). — Sobre a prática e a teoria de muitas experiências, de tratamento informático na França, se deverá ver LADURIE (E. le Roy), *Histoire et littérature*. p. 54.

(48). — FURET (François), *Histoire et ethnologie*. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *Faire de l'histoire*. Paris, Gallimard, 1974. p. 231.

dos à utilização da máquina se aplicam de início às fontes copiosas; eles objetivam “refinar a metodologia” e *individualizam o tratamento de cada variedade documentária, em função de um objetivo muito preciso*. A necessidade era tão evidente, que o primeiro *élan* foi dado separadamente por pesquisadores que trabalhavam sobre um mesmo tipo de fontes, e chegaram simultaneamente ao mesmo resultado. P. Goubert, engajado no estudo dos Beauvaisis, Louis Henry e Michel Fleury, preocupados em dar uma armadura à demografia histórica, elaboraram assim o método “em tudo original” da reconstituição de famílias, explorando cientificamente um documento muito encontrado em nossos arquivos, o registro da catolicidade. O levantamento sistemático das atas de batismos, casamentos e óbitos sobre fichas nominativas, em seguida reunidas por famílias, permite constituir *dossiers* que desmontam o mecanismo do “antigo regime demográfico”, e fazem medir

“a fecundidade legítima, a mortalidade infantil, a idade de casar, a duração média das uniões, a frequência do celibato definitivo, etc., pelo menos para a população sedentária” (49).

A proposição formulada por P. Chaunu de fundar a história religiosa serial dos séculos do Antigo Regime sobre a utilização de

“fontes copiosas da prática e da história social”

inspirou a M. Vovelle um novo modo de análise do testamento, que é todo característico da posição contemporânea. O historiador transformou-se em experimentador. O sítio uma vez definido (a Provença), o período delimitado (1680 a 1789) e escolhido o tema correspondente à problemática geral (as atitudes dos provençais perante a morte), M. Vovelle pesquisou as fontes apropriadas. Os testamentos insinuados por via judiciária através das *senéchaussées* provençais respondiam às diversas exigências do pesquisador: eles são muito numerosos, constituindo uma série, pululando “de índices” comparáveis e redutíveis em dados. Eles autorizavam a utilização de sondagens levando em conta os locais (cidades, burgos, vilas) e as circunstâncias (implantação do jansenismo por exemplo). A crítica histórica clássica permite por exemplo dissociar as fórmulas estereotipadas da prática notarial, dos dados que revelam as atitudes profundas dos testadores:

“Fórmulas piedosas, escolha das sepulturas, pedidos de missas quantificados, pedidos de cortejos e acompanhamento no quadro

(49): — DUPÂQUIER (Jacques), *Ombres et lumières en démographie historique. Dix-huitième siècle*, Paris, (5): 59-65, 1973.

das “pompas barrocas”, pertences ou dons para as confrarias (penitentes e “luminar”), legados piedosos, participação nas obras de misericórdia” (50).

“Quantificar o qualitativo”: O novo modo de leitura do testamento, responde seguramente a esta preocupação. É também, na ordem da metodologia, um índice muito significativo do interesse crescente que a historiografia francesa — e pode ser mesmo a historiografia ocidental no seu conjunto — concedem aos fenômenos culturais, as *mentalidades*,

“desde que a história econômica revelou sua incapacidade de prestar contas ela sózinha do futuro das sociedades antigas e contemporâneas” (51).

O método que responde a uma nova visão profundamente influenciada pela etnologia, utiliza a série e joga com o computador. Sob a influência de seus inspiradores — G. Duby, J. Le Goff, A. Dupront, R. Mandrou — ela tem, contudo, a originalidade de restituir às fontes narrativas, aos textos literários, aos documentos de arquivos, um brilho que tinha parecido dever priva-los o descrédito que continua a pesar sobre a história fática. Mas foi ao preço de uma reinterpretção ou como se diz de uma *releitura*, de uma *dupla leitura* inspiradas pela psicanálise e o estruturalismo (52). Nova leitura ou, por vezes, nova escuta. Um lugar privilegiado foi, com efeito, dado pelos historiadores das mentalidades aos documentos escritos que são portadores de tonalidade, que transmitem o éco de vozes extintas: Propósitos de São Luiz piedosamente relatados por seus contemporâneos, sermões de predicadores reunidos em retiro, “confissões” que a tortura arranca de “possessos” e que o escrivão transcreve, contos ditos nos serões e que um letrado recolheu... Tantas fontes que se interroga menos por aquilo que elas dizem em alta voz, mas por aquilo que elas traem dos comportamentos e das maneiras de ver o mundo terrestre e o além. O texto o mais elaborado é agora lido nas entre-linhas. Aos olhos de R. Mandrou, a História da França de Mézeray é menos ingênua do que dizia Augustin Thierry. Se a gente a submete a uma “dupla leitura”, vê-se o autor tomar distâncias em

(50). — VOVELLE (Michel), *Étude quantitative de la christianisation*. Se deverá ver também Pierre CHAUNU, *Un nouveau champ*... p. 114.

(51). — MANDROU (Robert), *Cultures ou niveaux culturels dans le société d'ancien regime*. *Revue des études sud-est européennes*, Paris, (3): 415-22, s.d.

(52). — De uma literatura que já se impôs, reteremos: TRÉNARD (Louis), *Histoire et sémantique*. *Revue des études sudest européennes*, Paris, (3): 423-48, s.d.; DUPRONT (Alphonse), *D'une histoire des mentalités*. *Revue roumaine d'histoire*, Paris, 9: 381-403, 1970.

relação aos cronistas e compiladores, e mesmo em relação aos historiadores que imediatamente o precederam. Mézeray não era um fabricante de arengas imaginárias, colocadas nos lábios dos Monarcas da primeira raça, mas um

“produtor de mitos historizados, no momento mesmo em que a propaganda luizcatorziana dá uma nova volta à esta atividade” (53).

Nesta perspectiva, as relações do acontecimento favorito da antiga historiografia — a grande batalha, Bouvines por exemplo — não evoca mais uma dessas jornadas, e nenhuma outra parecida, que fizeram a França: elas colocam em dia as atitudes coletivas, cujos atores mesmos do drama não tiveram consciência e que também os cronistas não o perceberam melhor.

“A história feita a partir de dados seriais privilegia um tipo de problemas, um tipo de tempo” (54).

Assinalando os limites da historiografia que agita hoje o método clássico, F. Furet pecou por excesso de modéstia.

Se ela pareceu um momento reservada às épocas moderna e contemporânea, a nova prática não cessa de estender sua influência. Não é mais verdade, por exemplo, que ao historiador da Antiguidade falta e faltarão sempre os dados indispensáveis a um tratamento quantitativo sistemático: o computador o ajuda desde há muito tempo a tratar informações reunidas nos *corpus* de inscrições e de moedas. Os cacos que eram jogados fora em toneladas, no tempo em que esses humildes vestígios materiais pareciam não poder nutrir a arqueologia que privilegiava as obras primas pintadas ou esculpidas, são considerados agora como fontes não negligenciáveis do estudo econômico da Antiguidade: eles constituem uma documentação copiosa que a informática permite utilizar (55).

Nos seus limites cronológicos arbitrários — de 500 a 1500, ao sabor das prescrições oficiais — a Idade Média oferece esta particularidade que os especialistas da alta época, privados de documentos escritos numerosos, devem recorrer freqüentemente às fontes arqueológicas e, por isso mesmo, emprestar suas técnicas à arqueologia proto-histórica e clássica enquanto que a abundância da documentação

(53). — MANDROU (Robert), *Compte rendu d'enseignement. Annuaire 1972-1973 de l'E.P.H.E.*, Paris: 218-9.

(54). — FURET (François), *Histoire et ethnologie ...* p. 232.

(55). — LÉVÊQUE (Pierre), *Problèmes théoriques de ...* p. 72.

escrita, a aparição mesmo de fontes numerosas e seriais, autorizam os historiadores voltados para o estudo dos séculos XIV e XV, a emprestar seus procedimentos aos “modernistas”. O cadastro florentino de 1427, o cadastro de Orvieto de 1292 — para ter em conta somente documentos atualmente estudados, oferecem o tipo perfeito da série abundante, circunscrita no tempo e no espaço. Documentos fiscais, milhares de cartulários, contabilidades principescas, municipais, portuárias, cujo caráter maciço até aqui desencorajou o historiador, podem agora ser utilizados do mesmo modo que a documentação moderna. Um tratamento no fundo idêntico aplica-se ao vocabulário dos cânones dos concílios de Latrão, dos *tracts* esquerdistas da Sorbonne em maio de 1968, dos pequenos catecismos católicos, das proclamações eleitorais de 1818, dos catálogos de bibliotecas medievais.

De resto, o conjunto de historiadores sofre a influência oculta dos novos métodos. Nós vivemos durante muito tempo no reino do impreciso e do quase. Quem não experimenta hoje a mortificação que um vocabulário técnico insuficiente faz pesar sobre todo ensaio de utilização (do computador ou pelos meios tradicionais) de fontes copiosas? A necessidade de “normalizar” se impôs a todos. Vai ser necessário que, enfim, designemos por uma mesma palavra as mesmas cousas. Se a máquina obriga a “formalizar”, ela faz, do mesmo golpe, tomar consciência aguda da riqueza e da variedade das “formas” que é preciso, às vezes, correr em um molde pré-fabricado. O confronto é constante entre a leveza humana e a rigidez do material. É preciso que este confronto seja em benefício do historiador.

Porque os novos métodos têm seus perigos. E. Le Roy Ladurie observa, não sem humor, que no curso e ao termo das pesquisas sobre os

“grandes *corpus*” documentários, “o tempo se esvai, a localidade desaparece ante o problema, e o historiador ele próprio acaba por ser engolido por seu documento !... Os estudos de demografia histórica, cujo plano, os quadros, os índices estatísticos são todos previstos em avanço, podem com efeito ser escritos doravante, intercambiavelmente, não importa por qual historiador, jovem ou velho, desde que ele possua um nível de qualificação suficiente. Donde um efeito repetitivo que, a longo prazo, poderá por vezes tornar-se cansativo”.

Desde o meio do século XIX, a história sofre daquilo que se pode chamar complexo de inferioridade em relação às ciências exatas e naturais. A santificação de um método que se identificava com a história ao ponto de tornar-se a história ela mesma, pareceu suficiente

aos “positivistas” para fazer boa figura diante dos físicos e dos naturalistas dos anos 1900. Afirmando o caráter subjetivo da historiografia, a filosofia crítica da história não encontrou, a não ser que um expediente para escapar ao famoso complexo: não há crítica a fazer a aquele que reconhece em si mesmo o caráter fatal e irremediável da sua “inferioridade”. O novo método, oferecerá ele um meio inédito de “fazer-se científico”, permitindo ao historiador apagar-se atrás da documentação que ele trata?

Em 1975, a paisagem da historiografia francesa é decididamente bem diferente da que o era há dez anos. Pelo menos, se ela é tal como aqui foi percebida e descrita, ao preço de grandes riscos. Risco de esquematizar em excesso, mesmo de caricaturar. Risco, mais grave ainda, de haver faltado ao objetivo, atribuindo à história quantitativa e ao computador uma importância, e uma influência, desmesuradas. Mas como fazer outra coisa, em um tempo em que a paisagem muda tão depressa? Certo, o método tradicional não perdeu seu valor; ele ocupa sempre um vasto lugar no domínio da historiografia contemporânea.

Era preciso ao menos mostrar onde e como se infiltram os elementos perturbadores e tentar reunir em um conjunto de “doutrina”, as reflexões sobre os métodos dos campeões da inovação. O que parece incontestável, é que jogando com os instrumentos que lhe são oferecidos por uma técnica pródiga, em fazendo lugar às ciências humanas e, antes de todas, à etnologia, o historiador de hoje procura ver a sociedade na sua totalidade, isto é, em muitos “níveis”. Vê-la como se ela visse à si mesma.

“Depois, naturalmente, como ela não se pudesse ver, seu olhar sendo localizado, instantâneo, ao mesmo tempo que herdado, e próprio do pequeno grupo que olhava”.

Que fazer então, senão

“multiplicar... se a gente pode, as interpretações, impor grades; sondar o não dito e o indizível, se a gente ousa, lançar questionários, deslanchar os comparatismos, com seus riscos; do exterior e do seu século de historiador, tentar sempre ir mais longe, com a maquinária e os meios de investigação todo novos que, asseguram-nos, fazem maravilhas, e por vezes o fazem verdadeiramente...” (56).